



Wellisch disse que estados também precisam de ajuste fiscal

Governo só aceita rolagem global de dívidas estaduais

JORNAL DE BRASÍLIA 25 OUT 1991

Futurista

Canela — Os quatro estados que, em conjunto, possuem o maior volume da dívida em títulos (mobiliária) do País, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, ouviram ontem do secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellisch, que “o Governo só aceita negociar a dívida total, em conjunto, seja ela mobiliária, contratual ou externa”. A posição do Governo Federal, manifestada por Wellisch, se contrapõe à articulação dos governos estaduais que defendem tratamento diferenciado para os quatro devedores e discriminação da dívida segundo a natureza do débito.

“No caso de Minas, precisamos apenas negociar a dívida mobiliária, de US\$ 1 bilhão. A dívida por contratos, de US\$ 3 bilhões, está adequada ao nosso perfil de arrecadação”, disse o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brant. Ele e o secretário de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, defendem a criação de um fundo de liquidez, junto ao Banco Central, para redesconto dos títulos públicos dos estados (troca por títulos federais) toda vez que os juros, visando a colocação desses papéis no mercado financeiro regional, fiquem muito elevados.

Proposta

“É uma proposta interessante”, concordou o secretário do Rio

Grande do Sul, Orion Cabral, que administra uma dívida mobiliária de Cr\$ 440 bilhões. Em setembro, o Tesouro teve um gasto extra de Cr\$ 3 bilhões, em comparação aos títulos federais, para rolar a dívida. A proposta também agrada ao secretário da Fazenda de São Paulo, Mazzucchelli, com uma dívida em títulos de US\$ 3 bilhões. A rolagem da dívida custou ao tesouro paulista, em setembro, o equivalente a 2% do recolhimento do ICMS, que foi de Cr\$ 321 bilhões.

Para o secretário Cibilis Viana, do Rio de Janeiro, com dívida em títulos de US\$ 1,5 bilhão, “a idéia desse fundo é boa. Mas já fizemos uma contraproposta às condições oferecidas pelo Governo no Emendação”. Ele observou que enquanto o Governo admite conceder prazo de resgate da dívida em 20 anos e juros de 6% com amortização decrescente, o governo do Rio deseja prazo de 25 anos e juros de 5% com utilização da tabela price para garantir encargos constantes.

Antes de retornar a Brasília no final da tarde, Wellisch foi lacônico: “Quem gasta acima da receita que arrecada contrai dívida e o tratamento que podemos oferecer é o global. Precisamos que os estados também façam um ajuste fiscal, com corte de despesas e isso passa pela revisão constitucional”, argumentou.